

EDITORIAL



Edite Estrela
Presidente da Delegação

A agenda do Parlamento Europeu continua muito marcada pela crise económica e social que a Europa ainda atravessa. Os eurodeputados aprovaram um pacote de supervisão financeira considerado histórico. Trata-se de um conjunto de leis que deverá alterar a forma como os reguladores europeus e nacionais trabalham para assegurar a estabilidade do sistema financeiro da União Europeia. É uma peça legislativa fundamental para prevenir futuras crises já que a actual põs a nu uma fragilidade gritante do sistema da União: a existência de um mercado financeiro único, sem um verdadeiro regime de supervisão. A legislação aprovada entrará em vigor já em 2011, criando uma ordem europeia assente, nomeadamente, num Comité Europeu de Risco Sistémico, num conjunto de Autoridades Europeias de Supervisão e numa rede estreita de supervisores nacionais.

Congratulamo-nos com a aprovação deste pacote. O reforço e a coordenação do sistema financeiro europeu são, aliás, uma reivindicação antiga dos Socialistas Europeus que têm vindo igualmente a defender a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento económico sustentável assente na criação de postos de trabalho "amigos do ambiente". Ao contrário, os partidos conservadores, que governaram a maior parte dos países da UE na última década, não foram capazes de prevenir a actual crise, não tomaram medidas contra a pobreza e as desigualdades e limitaram-se a seguir as leis dos mercados.

No actual contexto, a consolidação orçamental é essencial, inclusive como meio de promover o crescimento económico sustentável e a criação de emprego. Mas há diferentes formas de atingir esse objectivo. Enquanto a direita propõe o corte na despesa social, designadamente na saúde e na educação, os governos de esquerda adoptam medidas menos lesivas para o Estado social, isto é, medidas que visam reduzir a despesa e aumentar a receita fiscal. Medidas mais justas, porque menos penalizadoras para as camadas mais desfavorecidas. Tão importante como a consolidação das contas públicas é a adopção de uma agenda anti-crise que trave a cupidiz dos especuladores e garanta mais justiça social e a estabilidade do sistema económico. Por isso, os Socialistas recomendam ponderação nesta matéria. O cumprimento do PEC não pode pôr em causa a coesão social. São, por isso, inaceitáveis os ataques aos serviços públicos de saúde e de educação bem como os cortes "a direito" nos apoios sociais defendidos pelos partidos conservadores. É reforçando a coesão social e económica que a União poderá ultrapassar a crise.

Precisamos de mais Europa. É também por isso que assistimos com preocupação às manifestações de xenofobia, de populismo e anti-Europa que a crise está a fomentar em vários Estados-Membros. Veja-se o que aconteceu na Suécia, bastião e referência da social-democracia europeia, onde a extrema-direita conseguiu eleger 20 deputados e, pela primeira vez na história, entrar no Parlamento. A crise e as suas consequências continuarão a centralizar o debate no Parlamento Europeu. Nesse sentido, é muito importante a nova figura regimental inaugurada nesta "rentrée" parlamentar dedicada ao "Estado da União": um debate sobre a Europa de hoje e do futuro em que os deputados socialistas participam com competência e sentido de responsabilidade.

FICHA TÉCNICA

Edição

Delegação Socialista Portuguesa
no Parlamento Europeu
www.delegptpe.eu

Layout e Paginação

Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal

Tel. 00 322 2842133

Email s-d.delegationPT@europarl.europa.eu

Ana Gomes condena expulsões de ciganos em França

Como Membro do Grupo de Trabalho sobre Extremismo, Populismo, Nacionalismo e Xenofobia, criado pelo Grupo Socialista no PE, Ana Gomes está activamente a trabalhar em várias iniciativas contra as expulsões colectivas de pessoas de etnia Rom (cigana) de França e de outros países europeus. Entre estas está a resolução do PE, aprovada a 9 de Setembro passado, pondo pressão sobre a Comissão Europeia para levar ao Tribunal Europeu de Justiça o governo de Sarkozy e outros governos que estão assim a violar a Carta dos Direitos Fundamentais e o Tratado de Lisboa.

A eurodeputada está a colaborar na redacção de uma declaração exortando ao combate contra essas e outras manifestações de xenofobia

e racismo que a crise económica fez aumentar. O texto faz propostas concretas para uma estratégia europeia, devidamente financiada, para inclusão social das comunidades ciganas, facultando-lhes condições de alojamento, educação, saúde e emprego adequadas, em especial nos Estados Membros onde elas representam maior percentagem da população e são mais pobres e discriminadas.

A declaração irá ser apresentada publicamente pelo Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas, em Novembro, em Budapeste.

A eurodeputada considera que "a campanha populista do governo de Sarkozy viola o Tratado de Lisboa e os direitos humanos, ao expulsar co-

lectivamente cidadãos europeus que não foram julgados por nenhum crime, na base apenas da sua origem étnica. A minoria cigana, que representa 12 milhões de cidadãos europeus, foi ao longo dos séculos maltratada e sofre ainda hoje de particular discriminação nos países da UE onde é mais numerosa, designadamente na Roménia e na Bulgária".

"Este é um gravíssimo problema europeu e, por isso, a Comissão Europeia, como guardiã dos Tratados, deve agir junto do Tribunal Europeu de Justiça. Foi por a Comissão Europeia ter ficado paralisada diante de semelhante comportamento por parte de Berlusconi em 2008, que agora Sarkozy se sentiu à vontade para embarcar nesta campanha racista", acrescenta a eurodeputada.

ANA GOMES ORGANIZA AUDIÇÃO SOBRE ZIMBABUÉ

Ana Gomes organizou a 14 de Setembro, no Parlamento Europeu, uma audição sobre o Zimbabué, em colaboração com a ZEN (Zimbabwe Europe Network), que reuniu membros da sociedade civil, sindicatos e expatriados zimbabueanos, bem como representantes da Embaixada do Zimbabwe em Bruxelas, da CE e da Presidência Belga, além de vários deputados europeus.

Os participantes debateram os progressos e as dificuldades que o Zimbabué enfrenta, dois anos depois da assinatura do Acordo Político Global (APG) que deu origem à convivência do governo do Primeiro Ministro Morgan Tsvangirai com o Presidente Robert Mugabe, o impacto da actuação europeia, da União



Africana, da SADC e dos países vizinhos sobre a situação interna, bem como as possibilidades de se realizarem as eleições anunciadas para o próximo ano. A Deputada lembrou que "as autoridades do Zimbabué inviabilizaram, há uns meses atrás, a visita de Parlamentares Europeus ao país, impedindo assim a recolha em primeira mão de dados para um balanço apropriado sobre a evolução política e económica do país desde o APG. A falta de abertura não valoriza eventuais progressos registados".

Correia de Campos integra Delegação do PE ao fórum de Ciência e Tecnologia, em Quioto

O Deputado Correia de Campos integra de 2 a 5 de Outubro uma delegação oficial do Parlamento Europeu a Quioto, Japão, para participar no fórum STS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Este fórum integra personalidades do mundo académico, empresarial, comunicação social e decisores políticos, que se reúnem anualmente para discussão de tópicos ligados ao progresso científico e tecnológico, tendo em vista a concretização de benefícios para a sociedade e a consideração de eventuais impactos negativos de carácter ético, ambiental ou de segurança. Correia de Campos intervirá, na qualidade de Vice-Presidente do painel STOA (Avaliação de Opções Científicas e Tecnológicas) na sessão "A Ciên-



cia do Envelhecimento". Esta sessão aborda os esforços científicos feitos a nível global e da UE para dar resposta a um dos principais desafios da União: as alterações demográficas e o envelhecimento

da população. É esperado que, em 2025, 30% da população da UE tenha mais de 65 anos, implicando um crescimento da despesa pública em termos de saúde, pensões e cuidados continuados e colocando sob pressão acentuada os sistemas de apoio social. A ciência e a tecnologia deverão ter um papel importante na procura de soluções que permitam um envelhecimento mais saudável e mais activo. Na sessão serão debatidos os progressos científicos atingidos, bem como, estratégias de desenvolvimento futuro no que respeita à investigação sobre os aspectos social, económico, biológico e de saúde ligados ao envelhecimento.